

REGIÕES METROPOLITANAS VIA ELABORAÇÃO DE ÍNDICES: O IBEU, ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO¹

METROPOLITAN AREAS BY ELABORATION OF INDEXES: THE IBEU, WELLNESS URBAN INDEX

Rafaela Fabiana Ribeiro DELCOL²

Resumo: O presente estudo tem por objetivo contribuir para as discussões a respeito do processo crescente de construção de índices de caráter socioeconômicos que têm as regiões metropolitanas como escopo de análise, buscando estimular o debate sobre esses espaços institucionalizados. Portanto, o texto será elaborado em duas etapas: a primeira, abordando historicamente a evolução do processo de elaboração dos índices/indicadores sociais, bem como dos índices sobre as regiões metropolitanas. Em seguida, mostrando alguns indicativos de uma dissociação entre o que os índices têm mostrado sobre as regiões metropolitanas com a realidade desses espaços, ou seja, não mostram as contradições do processo de produção do espaço. Trata-se, portanto, de um trabalho teórico, no qual o procedimento adotado é a revisão bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: Índices; Regiões Metropolitanas; IBEU (Índice de Bem-Estar Urbano).

Abstract: This study aims to contribute about the discussion of growing process of building indexes socio-economic feature that have the metropolitan areas as analysis scope, seeking to stimulate debate on these institutionalized spaces. For this, the text will be performed in two stages: first, historically addressing the evolution of the process of elaboration the indices / social indicators and indices about metropolitan areas. Second, we showed some indications a splitting the indices have been shown on the metropolitan areas with the reality of these spaces, is not showing the contradictions of space production process. Therefore, a theoretical study, in which the adopted procedure is the bibliographical and documentary review.

Keywords: Index; Metropolitan Areas; IBEU (Wellness Urban Index).

Introdução

A percepção de que algumas regiões são mais opulentas do que outras, que apresentam maior desenvolvimento do que outras, são fatos já revelados, contudo, analisar os caminhos, processos e condições com que esses espaços têm sido produzidos, originando espaços desiguais e contraditórios, tem se colocado como temática primordial nas discussões de pesquisadores, órgãos e institutos de pesquisa que têm como preocupação a problemática urbana.

Diante de tal preocupação, e com o intuito de compreender melhor esses espaços desiguais e contraditórios, os mesmos órgãos e institutos de pesquisa têm elaborado uma gama de indicadores/índices que buscam mensurar a problemática urbana e, diariamente, nos

¹ O artigo é uma adaptação de parte da tese intitulada “A discrepância entre os índices sobre a Região Metropolitana de Campinas e a realidade habitacional de Campinas”, defendida pela autora em agosto de 2016, realizada com apoio financeiro da Capes.

²Doutora em geografia pela Unicamp. Professora do Instituto Federal de São Paulo *campus* São João da Boa Vista.

surpreendem com a publicação de índices que revelam os avanços e retrocessos nas condições de vida da população, apontam a eficácia ou a ineficiência de políticas públicas, distinguem o posicionamento alcançado dentro de algum parâmetro de desenvolvimento, ou seja, quantificamo espaço urbano.

Concomitante à elaboração de novos índices, tem ocorrido um aumento no número de índices que se detêm a estudos sobre as regiões metropolitanas instituídas, contudo, quando nos debruçamos em suas análises, o que chama atenção, nesses índices, é que eles trazem como resultado algum tipo de hierarquia e/ou classificação dos espaços estudados e parece que essas classificações não possibilitam uma compreensão da totalidade, pois elas padronizam os espaços estudados dentro da categoria analisada, limitando a abrangência da análise, como também não mostram a contradição do processo de produção atual, que tem como cerne a desigualdade.

Partindo do pressuposto de que o espaço urbano é produzido de acordo com os ditames capitalistas, que em essência produzem a desigualdade, e que, no contexto atual, a cidade é vista como mercadoria, Harvey (2008, p. 76) afirma que a competição entre indivíduos, empresas e porções do território (cidades, regiões, países, grupos regionais) é considerada um benefício primordial para a circulação do capital.

Dessa forma, ousamos cogitar que a produção de diversos índices/indicadores sociais sobre as regiões metropolitanas, pelo viés capitalista tem por intuito a venda de uma imagem da cidade ou região cada vez mais distinta e, nesse contexto, surge uma política estratégica de valorização das características mais importantes das cidades, o chamado “City Marketing” (SÁNCHEZ, 1997). Esse instrumento passa a ser utilizado por diversos municípios, que têm por intuito angariar investimentos e tornar-se um lugar mais atrativo ao capital. Ocorre, portanto, uma valorização do espaço ou de partes da cidade, que são tomadas como a totalidade da cidade, mas que, na verdade, contribuem apenas para desenvolvimento de determinadas frações de classe, já que os investimentos são sempre direcionados para as classes mais altas da sociedade.

Nesse sentido, a utilização de índices contribui para a construção de imagens e identidades singulares de espaços, ou seja, produz espaços que se diferenciam dos demais, “criando” espaços distintos. Portanto, desvelar as características e as estratégias empreendidas nessa competitividade e venda da imagem da região metropolitana via elaboração de índices, nos permite compreender uma das dimensões da produção do espaço enquanto mercadoria.

Assim, o presente texto tem por objetivo elaborar uma discussão sobre o processo crescente de construção de índices que têm as regiões metropolitanas como escala de análise, como também realizar uma análise mais profunda e específica sobre um desses índices, o IBEU (Índice de Bem- Estar Urbano): índice que foi divulgado em 2013 apresentando ampla repercussão, resultando em uma série de matérias na mídia (impressa e virtual), que buscavam promover a sua publicação, e evidenciar o ranking alcançado pelas regiões metropolitanas no IBEU.

Busca-se assim trazer uma contribuição sobre as seguintes inquietações: O que os índices têm mensurado? Tais índices permitem, de fato, distinguir as desigualdades que existem no espaço? Qual a inovação do IBEU? O que o IBEU revela sobre as regiões metropolitanas? E o que ocultam? Tais inquietações permitem elaborar uma discussão sobre como a produção do espaço urbano tem sido apreendida pelos índices e as contradições que surgem da relação índice- realidade, ou seja, a relação entre os que estão e os que não estão

representados nos índices.

Toma-se como justificativa a importância que esses índices vêm assumindo não apenas como ferramenta metodológica e instrumental para orientação de políticas públicas, pesquisas, mas como sua utilização têm se tornado incorporada pelo capital, viabilizando sua reprodução.

O texto será elaborado de duas maneiras: a primeira, abordando historicamente a evolução do processo de elaboração dos índices/indicadores sociais, bem como dos índices sobre as regiões metropolitanas, além de aprofundar na análise específica do IBEU. Em seguida, serão mostrados alguns indicativos de uma dissociação entre o que os índices têm mostrado sobre as regiões metropolitanas com a realidade desses espaços, ou seja, não mostram as contradições do processo de produção do espaço. Trata-se, portanto, de um trabalho teórico, no qual o procedimento adotado é a revisão bibliográfica e documental.

O contexto histórico dos indicadores sociais

Após a Segunda Guerra Mundial e até meados da década de 60, o modelo de acumulação capitalista que se consolidou nos países hegemônicos (EUA, Países da Europa Ocidental, como Inglaterra e França, Canadá e Japão), denominado de *Welfare State*, ou Estado de Bem Estar Social, apresentou características que o distinguem das fases antecedentes de evolução capitalista. Nesse período, o sistema capitalista se constituiu em um modelo de acumulação que combinava fortes ganhos de produtividade com crescimento do salário real. Essa forma de produção pressupõe uma combinação que tem, de um lado, o regime de acumulação voltado para a política econômica keynesiana e, de outro, instituições de regulação socioeconômica que articulam classes e grupos sociais no interior do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) (SANTAGADA, 2007, p. 115).

Os países hegemônicos mensuravam seu grau de desenvolvimento pelo nível de sua produção, ou seja, tinha-se como destaque o capital industrial, logo, enquanto a economia, a produção e o capital se apresentavam em movimento ascendente, foi possível legitimar a acumulação capitalista e o crescimento econômico em prol da sociedade, sem deixar transparecer a essência contraditória do sistema, que produz classes sociais distintas. Assim, de acordo com Santagada (1983, p. 245) “os trabalhadores tiveram algumas conquistas concretas no campo social, as quais se refletiram na melhoria de seu padrão de vida, mormente nos países avançados” (SANTAGADA, 1993, p. 245). Contudo, hoje é sabido que essa melhoria no padrão de vida dos países hegemônicos não está exclusivamente relacionado ao capital industrial e, sim, na combinação entre ele e a política do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), como dito anteriormente.

É nesse contexto que surgem, nos Estados Unidos, as primeiras formas de mensuração de temática social, indicadores sociais. Segundo Altmann (1981), esse foi um período bastante conturbado para a elaboração dos indicadores, distinguido por fatos importantes, tais como o assassinato do Presidente Kennedy, a participação na Guerra do Vietnã e os movimentos de protesto protagonizados pelos negros, “chicanos” e porto-riquenhos.

Dentre os vários acontecimentos memoráveis da época, tem-se ainda o mais importante, a crise econômica do modo de produção capitalista, ocorrida no final da década de 60, que perpassou por todas as esferas do sistema, começando pelo próprio Estado, que

passou por uma crise fiscal, dificultando o cumprimento dos objetivos voltados à política social (ALTVATER, 1983). Em decorrência da crise, temos o dismantelamento do *Welfare State* das bases do Estado de Bem-Estar, ou melhor, do Estado keynesiano, que se enfraqueceram e entraram em colapso, ou seja, o Estado deixa sua função intervencionista. A partir daí é que diversos pesquisadores norte-americanos foram chamados para analisar os elevados níveis de pobreza e de desigualdade social, ou seja, as causas dos conflitos sociais; uma vez que a análise estruturada apenas em estatísticas de cunho econômico não dava conta de explicar de modo satisfatório a contradição entre o crescimento econômico e a desigualdade social.

Um exemplo típico de mensuração pelo viés econômico foi a utilização do indicador Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, pretendo reflexo do bem-estar social que, até a época, evidenciava o seu descompasso com os elevados níveis de pobreza e desigualdade, e se mostrava cada vez menos apropriado como medida de representação social (JANNUZZI, 2012). Nos países hegemônicos, o PIB mal se prestava ao monitoramento efetivo da mudança social em seus múltiplos aspectos e de formulação de políticas sociais de cunho redistributivo ou compensatório nas diversas áreas (MILES, 1985).

Tornava-se evidente a contradição existente entre crescimento econômico e a qualidade de vida da sociedade. Segundo Carley (1985, p. 18), “quanto mais bem-sucedidos se tornavam os indicadores econômicos, mais evidentes eram suas limitações na avaliação de considerações mais amplas do bem-estar social, tais como os aspectos qualitativos da vida”.

A fim de encontrar maneiras de se caracterizar os aspectos de cunho social, surge a necessidade de criação de instrumentos que possibilitassem mensurar o bem-estar da população, suas características e mudanças sociais. Nasce, então, o fenômeno que ficou conhecido como “movimento de indicadores sociais” que incorporava novas maneiras de representar a sociedade e produzia, como desejado no passado, os relatórios sociais periódicos (JANNUZZI, 2012).

Como afirma Miles (1995), os indicadores atenderiam, portanto, a urgência de se aperfeiçoar uma base de dados com indicadores sociais relevantes sobre a pobreza, nos quais, identificar a pobreza significava medi-la por meio de uma combinação de indicadores econômicos e sociais. O perfil da pobreza indicaria a escala dos problemas: o desemprego urbano, o número de trabalhadores sem-terra, etc. Começava-se a mudar o foco dos estudos: do econômico para o social.

Carley (1985), em seu livro “Indicadores Sociais: teoria e prática”, relata que a ascensão dos movimentos dos indicadores sociais, no final da década de 1960, foi marcada, portanto, “por uma espécie de entusiasmo ilimitado, que visualizava progressos bombásticos na mensuração e na contabilidade sociais” (CARLEY, 1985, p. 21). A expectativa em torno dos indicadores era tanta, que foram criados a publicação *Social Indicators Research* (Pesquisa de Indicadores Sociais) e conselhos de pesquisa sobre indicadores sociais, nos Estados Unidos e no Reino Unido, como também desenvolveram unidades de pesquisa para se aprofundarem nos indicadores sociais.

O autor declara que: “os indicadores sociais tornaram-se um grande negócio em nossos dias” (CARLEY, 1985, p. 21); ele exemplifica, relatando as quantias significativas de dinheiro aplicadas na pesquisa e elaboração de indicadores sociais, tais como “a Fundação Nacional de Ciência que forneceu à Universidade de Michigan mais de um milhão de dólares para a pesquisa em indicadores sociais apenas em 1971-72” (CARLEY, 1985, p. 21).

Entretanto, já no final dos anos 70, as perspectivas em torno dos indicadores sociais

já haviam mudado. As promessas de que os indicadores sociais poderiam revelar as características sobre as diversas questões sociais e auxiliar na formulação de políticas para o planejamento, continuavam não realizadas em sua maioria. Os insucessos, ou sucessos parciais das informações apresentadas como indicadores sociais foram rejeitadas por diversos administradores e, por fim, muitos pesquisadores acadêmicos haviam se distanciado do interesse pelas informações sociais para o processo decisório de políticas públicas.

Tal mudança comportamental, e o rápido desinteresse pelos indicadores sociais, ocorreu primeiramente pelo seu repentino crescimento, que promoveu expectativas para além de suas possibilidades, tanto com relação aos seus resultados e quanto ao tempo necessário para que seu desenvolvimento se tornasse útil ao processo decisório de políticas públicas (CARLEY, 1985, p. 22). Outro agravante ao aperfeiçoamento dos indicadores sociais foi o fato de que a teoria social, embora estivesse em um patamar de desenvolvimento muito superior, ainda se encontra em construção conceitual e metodológica; portanto, é evidente que a mensuração de conceitos não mensuráveis, como é o caso dos indicadores sociais, faz dessa relação algo inconstante, precário e, algumas vezes, até erroneamente articulado.

Os percalços acima citados perpassam a história dos indicadores sociais até os dias atuais. E o avanço das ciências sociais teve, por muito tempo, na mensuração, um importante obstáculo, pois o volume e a qualidade das informações sociais não eram satisfatórios. Durante décadas de aperfeiçoamento da teoria e dos processos de planejamento houve poucas chances de sair do diálogo para a prática de mensuração (OTTONI, 2006).

Mesmo diante de tantas limitações, desafios e insucessos, o descrédito com relação aos indicadores durou pouco, já em meados da década de 80, com aprimoramento das novas experiências de formulação e implementação de políticas públicas; diversas instituições, como a ONU (Organização das Nações Unidas), OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), OIT (Organização Internacional do Trabalho) e OMS (Organização Mundial de Saúde), entre outras, voltaram a investir na organização de sistemas abrangentes de indicadores sociais, com a finalidade de orientar melhor suas atuações.

Os índices sociais no Brasil e o encontro com as regiões metropolitanas

O processo histórico de formulação de indicadores sociais no Brasil, embora seja mais tardio, é semelhante ao que se observa nos países hegemônicos, no que diz respeito às fases de entusiasmo e descrédito quanto a sua funcionalidade, logo, é relativamente recente a pesquisa e o uso de indicadores sociais na formulação de políticas públicas no país e, assim como ocorreu nos países hegemônicos, eles tiveram uma boa aceitação e promoveram expectativas exacerbadas no seu início, que se dá em meados da década de 70, depois passaram por um longo período de estagnação, até o seu atual ressurgimento.

A década de 70 foi importante para o capital industrial no Brasil, pois o país apresentou um crescimento econômico significativo, principalmente entre 1967 e 1973, período do chamado milagre econômico, no qual as taxas de crescimento econômico estavam entre 6% e 11% ao ano. Entretanto, esse crescimento expressivo não promoveu uma melhoria da distribuição da renda e nem a diminuição da desigualdade social e pobreza absoluta da população.

Oliveira (2001) descreve em sua obra que nesse período o Brasil passou por um processo de regulação keynesiana, contudo, tal processo ocorreu de modo distinto daquele ocorrido nos países hegemônicos, sem acréscimo dos direitos sociais e sem um Estado intervencionista voltado à política social. O autor denomina esse processo de “Estado de Mal-Estar”, onde há crescimento econômico sem redução da desigualdade social.

Diante da discrepância entre o crescimento econômico e da desigualdade social acentuada, o governo, com o intuito de caracterizar melhor o agravamento da problemática social criou em 1974, o Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) e, em 1975, o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) elaborados para conduzir a política social no Brasil (SANTAGADA, 2007). Com a finalidade de cumprir as diretrizes do II PND, o CDS propôs: “construção de um sistema de indicadores sociais e de produção periódica da informação necessária à sua alimentação, [tentando] consolidar e articular diversas metodologias” (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 1975, p. 98). De acordo com Santagada (2007) tal proposta tinha por objetivo:

fornecer elementos para a elaboração e o acompanhamento do planejamento social, sendo que a prioridade seria dada aos indicadores destinados a medir as variações nos níveis de bem-estar material, em especial dos grupos que estavam em situação de "pobreza absoluta". Com esse documento, pela primeira vez o termo indicadores sociais aparece de forma oficial no Brasil (SANTAGADA, 2007, p. 127).

A instituição que ficou incumbida da elaboração, organização e funcionamento do Sistema de Indicadores Sociais, foi o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), função exercida até hoje, pois, o IBGE é o responsável pela elaboração dos censos, fonte maior de dados, informações e pesquisas contínuas sobre o país, em escala nacional.

Concomitantemente, é nesse mesmo período que se dá a institucionalização das primeiras regiões metropolitanas do país. Embora, a questão metropolitana já fizesse parte da agenda política desde 1950/60, sua regulamentação ocorre apenas com a Constituição de 1967 que, de modo vago, traz no seu artigo 164 a possibilidade de sua institucionalização. Já com a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, a União autoriza a criação de regiões metropolitanas mediante lei complementar.

Contudo, as primeiras regiões metropolitanas foram instituídas, de fato, somente com a Lei Complementar Federal nº 14, de 1973, que criou as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Em 1974, após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, foi então criada a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os critérios utilizados para a criação dessas regiões metropolitanas foram baseados na proporção da população aglomerada, na expansão da área urbanizada sobre o território de mais de um município, no nível de integração econômica e social dos municípios membros e da complexidade das funções desempenhadas.

Com o fim do regime militar, e com a elaboração da Constituição Federal de 1988, a institucionalização das regiões metropolitanas se altera; a partir de então, a Constituição Federal, no seu processo de delegações, facultou aos estados a institucionalização de suas unidades regionais, possibilitando a criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de

funções públicas de interesse comum (Parágrafo 3º do artigo 25, CF, 1988).

Essa possibilidade permitiu a alteração na composição das regiões metropolitanas existentes, incluindo ou excluindo municípios, e desencadeou um aumento significativo no número de regiões metropolitanas instituídas, no qual passamos dos 9 espaços instituídos em 1973, para contarmos hoje com um montante de 63 regiões metropolitanas criadas.

O Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU

O Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU - elaborado pelo Observatório das Metrópoles-INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia). O IBEU, sem dúvidas, é um documento importante e inovador, pois coloca em evidência as regiões metropolitanas e também porque traz, em sua composição, elementos diretamente relacionados aos serviços que o poder público deve disponibilizar aos moradores das cidades como abastecimento de água e sarjetas (FIRKOWSKI et. al., 2013). Contudo, o que tem chamado a atenção em relação ao IBEU foi sua ampla repercussão, resultando em uma série de matérias na mídia (imprensa e virtual), que buscavam promover a sua publicação e, principalmente, destacar a classificação das regiões metropolitanas pelo IBEU.

O índice realiza uma análise comparativa entre 15 regiões metropolitanas³ do país⁴, tendo por objetivo “avaliar a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros promovidos pelo mercado, via consumo mercantil e pelos serviços sociais prestados pelo Estado” (RIBEIRO e RIBEIRO, 2013, p. 7).

A concepção de bem-estar utilizada pelo índice decorre da “compreensão daquilo que a cidade deve proporcionar às pessoas em termos de condições materiais de vida, a serem providas e utilizadas de forma coletiva” (RIBEIRO e RIBEIRO, 2013, p. 9). Contudo, vale destacar que o estudo promovido pelo IBEU se baseia em dados censitários o que permite alguns questionamentos a respeito da validação do conceito de bem-estar utilizado.

Tabela 1 - Indicadores utilizados em cada uma das dimensões do IBEU

Dimensões	Indicadores
D1- Mobilidade Urbana	1- Deslocamento casa-trabalho.
D2- Condições Ambientais Urbanas	1- Arborização do entorno dos municípios; 2- Esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios; 3- Lixo acumulado no entorno dos domicílios.

³A opção por 15 regiões metropolitanas analisadas ocorreu, pois, segundo o INCT - Observatório das Metrópoles, estes são os quinze grandes aglomerados urbanos que foram identificados, em outros estudos prévios, como as principais metrópoles brasileiras, por exercerem funções de direção, comando e coordenação de fluxos econômicos.

⁴As regiões metropolitanas analisadas foram as de Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Grande Vitória, Manaus, Porto Alegre, Recife, RIDE-DF, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

D3- Condições Habitacionais Urbanas	1- Aglomerado Subnormal; 2- Densidade Domiciliar; 3- Densidade morador/banheiro; 4- Material das paredes dos domicílios.
D4- Condições de Serviços Coletivos Urbanos	1- Atendimento de água; 2- Atendimento de esgoto; 3- Atendimento de energia; 4- Coleta de lixo.
D5- Infraestrutura Urbana	1- Iluminação Pública; 2- Pavimentação; 3- Calçada; 4- Meio-fio/Guia; 5- Bueiro ou boca de lobo; 6- Rampa paracadeirantes; 7- Identificação de logradouro.

Fonte: IBEU (2013).

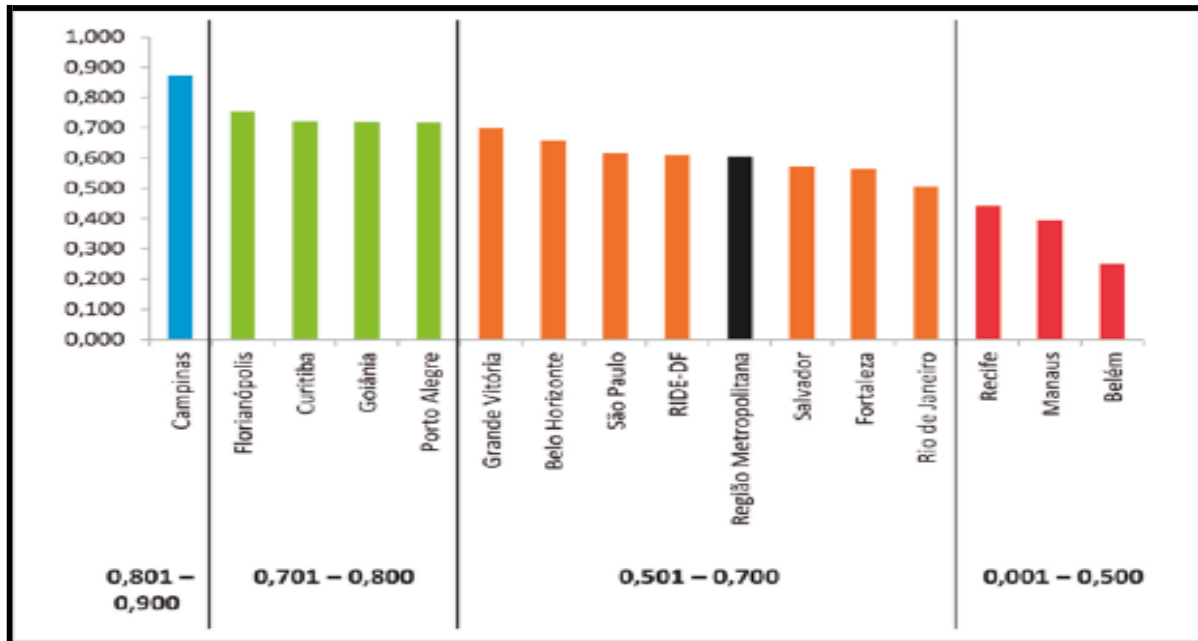
O IBEU se diferencia dos demais índices em dois aspectos: primeiramente, é um índice que privilegia elementos de alcance coletivo e não individual, ou seja, aquilo que “a cidade deve proporcionar às pessoas em termos de condições materiais de vida” (RIBEIRO e RIBEIRO, 2013, p. 9), e se distingue, também, pois permite uma análise comparativa entre as regiões metropolitanas, entre os municípios que compõem as regiões metropolitanas e entre as áreas de ponderação de cada região metropolitana.

O IBEU foi concebido de duas maneiras: o Global e Local. O IBEU Global foi pensado para o conjunto das regiões metropolitanas que permite comparar as condições de vida urbana em três escalas (entre as metrópoles, entre os municípios metropolitanos e entre os bairros⁵), e assim trazer uma dimensão abrangente de cada região metropolitana⁶. Já o IBEU Local foi calculado especificamente para as metrópoles, possibilitando constatar o bem-estar urbano em cada uma.

⁵A designação de bairro, para este estudo, é a mesma denominada pelo IBGE, como área de ponderação que constitui um conjunto de setores censitários – a menor unidade territorial de coleta de dados durante a realização do censodemográfico.

⁶O IBEU Global nos remete a aspectos relacionais que ocorrem no contexto geral, ou seja, entre todas as RM, entre todos os municípios que compõem todas as RM, e essa informação parece que dá ainda mais destaque para uma avaliação genérica, pois deixa de lado as especificidades de cada RM, dos municípios que compõem e, principalmente, entre cada metrópole.

Figura 1: A posição das Regiões Metropolitanas estudadas pelo IBEU



Fonte: IBEU, 2013.

A fim de apreender a análise de bem-estar urbano, para as escalas Global e Local, o índice foi estruturado em cinco dimensões: (D1) mobilidade urbana; (D2) condições ambientais urbanas; (D3) condições habitacionais urbanas; (D4) condições de serviços coletivos urbanos e (D5) infraestrutura urbana. Cada dimensão apresenta um conjunto de indicadores, como pode ser identificado na Tabela 1, os quais foram elaborados a partir da amostra do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), do Censo Demográfico de 2010, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O resultado do índice varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, melhor o bem-estar urbano.

Por meio da Figura 1, identificamos que apenas a Região Metropolitana de Campinas (0,873) se posiciona no patamar bom ou excelente (0,801 a 1,000). Por outro lado, no patamar ruim ou péssimo (zero a 0,500) estão as Regiões Metropolitanas de Recife (0,443), Manaus (0,395) e Belém (0,251). As demais regiões metropolitanas estão inseridas nos patamares intermediários de bem-estar urbano (0,501 a 0,800).

Verifica-se uma certa distância entre as regiões metropolitanas estudadas, que mesmo com a análise das dimensões propostas pelo IBEU, não nos possibilita explicar as disparidades de bem-estar urbano entre tais regiões, pois falta ao estudo, como o próprio documento destaca “avançar nas análises das políticas públicas, nas análises da estrutura urbana de cada região metropolitana ou mesmo na análise da morfologia social, mas essas análises vão além do objetivodeste trabalho” (RIBEIRO e RIBEIRO, 2013, p. 33). Ou seja, o próprio índice identifica os avanços e limitações que estão contidos em sua análise.

O que nos preocupa é que o IBEU, assim como os demais índices elaborados atualmente, têm sido amplamente divulgados, sempre destacando o posicionamento alcançado por cada região metropolitana ou metrópole no ranking final, sem se debruçar de modo contundente sobre a análise do documento, sobre suas contribuições, percalços ou

mesmo limitações. Nos preocupa a utilização desses índices como verdade absoluta, sem a compreensão de que tais documentos não permitem abranger a totalidade do espaço estudado, uma vez que reduzem sua análise aos elementos utilizados e, conseqüentemente, representam apenas uma parte de um espaço que é ao mesmo tempo desigual, heterogêneo, complexo e contraditório.

É interessante notar que a produção de índices sobre regiões metropolitanas vem se multiplicando no momento atual, exatamente quando os problemas sobre os espaços metropolitanos têm se evidenciado cotidianamente, desde problemas de saneamento, transporte, mobilidade urbana, educação, saúde e moradia, etc. como se pode averiguar nas manifestações de movimentos sociais urbanos. Problemas que qualquer cidade de grande porte que passou por um processo acelerado de expansão urbano desigual, compartilha intensamente. Contudo, percebe-se que esses índices que deveriam problematizar, mostrar e especializar, de modo contundente, toda essa gama de problemas urbanos enfrentados diariamente pela população, parecem mais mascarar a realidade do que trazê-la à tona.

Em outras palavras, há informações que, no contexto urbano, não são boas nem para a imagem da cidade, nem para representar uma cidade ou região ao capital, e que devem ser ocultadas o máximo possível, como a pobreza, carência habitacional e desigualdade com um todo. Novamente, os índices auxiliam na invisibilidade dos problemas sociais quando abordam questões socioespaciais, e legitimam de maneira hierárquica (valorativa) sua análise, na qual a pobreza parece ser camuflada. Os índices têm sido utilizados para classificar/hierarquizar esses espaços, em geral, mostrando e evidenciando suas qualidades e características que são peculiares como vantagens econômicas, altos níveis de integração territorial, enquanto que seus problemas, como moradia, emprego, saúde, são ocultados.

Todavia, a realidade é bem mais complexa, e esse aparente mascaramento/desconhecimento dos problemas dos grandes espaços urbanos respondem a uma lógica. Que lógica é essa?

A produção do espaço e os índices socioeconômicos

De acordo com Ribeiro (2004), as regiões metropolitanas brasileiras concentram, hoje, a questão social nacional, contudo, expressam o aprofundamento do divórcio entre a sociedade, a economia e o Estado (RIBEIRO, 2004, p.22). Para comprovar sua análise, o autor esboça alguns dados, a) concentração de renda, no qual destaca que todas as regiões metropolitanas, independentemente da sua posição no espaço da industrialização brasileira, encontravam-se praticamente no mesmo padrão de concentração de renda e b) fragmentação institucional e de desinteresse político na gestão pública das áreas metropolitanas.

O autor analisa o desaparecimento e a perda da capacidade tecnopolítica dos organismos de planejamento metropolitano criados na década de 1970, no qual tornaram-se em entidades vazias de autoridade e mesmo de função. E as poucas ações governamentais que buscam enfrentar os problemas na escala metropolitana resultam de iniciativas isoladas, de algumas prefeituras circunstancialmente administradas por coligações políticas com espírito público. E em quase todas, “o hiper poder dos municípios não é utilizado para gerar uma dinâmica cooperativa, mas, ao contrário, para suportar e legitimar um padrão fragmentado e segregado de gestão dos problemas urbanos” (RIBEIRO, 2004, p.23) e conclui que as metrópoles, portanto, ao mesmo tempo que são uma escala fundamental para a

questão social brasileira, permanecem órfãs de interesse político.

Diante desse quadro exposto por Ribeiro (2004) e diferentemente da compreensão do senso comum implícito nos discursos político-partidários e no discurso cidadão – pretensamente neutro, apolítico e não ideológico –, há diversos interesses contraditórios entre sociedade, capital e Estado (sob discurso de neutralidade) que buscam se equilibrar no espaço urbano.

Nas grandes cidades sob a égide capitalista, para a manutenção das grandes indústrias, captação de outras, e atração de outras formas de investimento, tem ocorrido, principalmente nas regiões metropolitanas, políticas públicas urbanas que procuram vender as cidades como mercadorias com valor de troca específico. É o que Harvey (2005) afirma ter ocorrido desde a década de 70 com um aumento da competição internacional que forçou todos os estados a se tornarem mais 'empreendedores' e preocupados em manter um clima favorável aos negócios.

A cidade designada como empreendedora está inserida no processo de reestruturação capitalista, onde se identifica a ressignificação política do Estado-Nação, assim como das cidades, tendo estas o novo status dentro da emergente formação discursiva do desenvolvimento capitalista. Tal modelo de cidade obedece, segundo Compans (2005), a um padrão de comportamento dos atores locais, em particular do poder público municipal, que está presente em diferentes localidades que adotamos empreendedorismo como paradigma de gestão.

Para o exercício desse empreendedorismo, as regiões metropolitanas têm reproduzido as práticas de municípios e passam a desenvolver características espaciais e territoriais para reforçar a atratividade, com vistas a posicionar-se num “mercado mundial de cidades” (SÁNCHEZ, 2001). Um esforço que insere (efemeramente) apenas o município sede da região metropolitana e uma pequena elite de municípios da periferia refuncionalizada pelas exigências da reestruturação, quando não, apenas partes selecionadas do município sede (KORNIN e MOURA, 2004).

Segundo as autoras, para que ocorra o cumprimento das características de atração, “os instrumentos de planejamento urbano assumem intencionalidades que transcendem o lugar ou a região” (KORNIN e MOURA, 2004, p.23). Os governos passam a transformar o que é conhecido por gestão pública em administração empresarial, concretizando-a em intervenções urbanísticas que, em uma renovação voltada aos grandes negócios imobiliários, supervalorizando o solo urbano.

No percurso dessas intervenções, percebemos que cada vez mais os governantes procuram construir uma marca, uma imagem para as suas cidades, e agora também para suas regiões metropolitanas, que é promovida pelo empreendedorismo urbano. Contudo, o sucesso de determinada região acaba provocando um movimento que objetiva reproduzir aquilo que teria sido certo em outro lugar, levando a homogeneização das formas-conteúdo, pois acreditam que assim atrairiam investidores (FERREIRA et al, 2013). Contradição. A cidade, e no caso que estamos aqui analisando a metrópole empreendedora elaborada por Harvey (2005), pressupõe quatro estratégias fundamentais para sua implementação:

- 1) Oferecer vantagens locais para atrair investimentos nacionais e internacionais, como subsídios (renúncias fiscais, aquisição de terrenos, crédito barato), flexibilização legislativa, oferta de mão de obra e infraestrutura urbana;
- 2) Consolidação de um mercado consumidor estável;
- 3) Conformação de um polo de serviços avançados referentes às altas finanças,

ao governo, à coleta de informações e ao seu processamento (incluindo a mídia);

4) Garantia da redistribuição de superávits pelos governos centrais para o desenvolvimento social (saúde, educação, moradia etc).

O empreendedorismo urbano vem sendo estimulado para realizar projetos de modernização que possam alavancar o desenvolvimento de determinado espaço com o intuito de reforçar sua atratividade econômica (COMPANS, 2005, p. 115).

Dessa forma, o grande capital estimula e negocia com os poderes políticos institucionais a implementação da infraestrutura necessária a sua acumulação. O Rodoanel da Grande São Paulo, é um exemplo visível desta nova fase da acumulação, “só ficou pronto depois de engavetado por 20 anos; quando foi prioritário ao capital o acesso mais rápido aos insumos, o projeto foi posto em execução” (FERRARI, 2012, p.42).

Atrelado ao empreendedorismo urbano, e com a finalidade de se distanciar dos municípios comuns, o marketing urbano tem elevado o patamar de algumas cidades a níveis potencialmente capazes de atrair investimentos, cidades como polo de “alta tecnologia, especialmente nos segmentos leves, como a microeletrônica e a informática” (DINIZ, 2000, p. 44). Cidades que oferecem recursos de pesquisa, mercado de trabalho profissional, rede universitária, mercado consumidor, infraestrutura, malha rodoviária, etc. Características essas fornecidas e aproveitadas pelo caráter próprio do capital: o de não subverter a lógica de apropriar-se, gratuitamente, do já existente e dos contínuos esforços dos poderes governamentais, mantendo-se concentrado nos lugares que melhor lhe servem para revalorização.

Assim, quando empresários decidem mudar a localização de seus investimentos, por meio do empreendedorismo e marketing urbano, fica mais claro selecionar as opções, pois o capital desenvolve suas forças produtivas não em sentido qualquer, mas naquele que otimiza sua valorização.

Como consequência dessas escolhas, os investimentos – com seus escassos empregos diretos – permanecem nos espaços econômicos mais tradicionais não se instalando em lugares mais pobres do Brasil e do mundo, lugares, estes, não dotados absolutamente da infraestrutura necessária do ponto de vista do capital: estradas, altos custos para qualificação de força de telecomunicações, fornecimento de energia abundante e barata etc., restringindo, assim, a expansão das formas de produção existentes (FERRARI, 2012).

Dessa forma, as políticas públicas sujeitadas ao capitalismo se voltam para a venda de uma imagem da cidade cada vez mais intensa e, nesse contexto, surge uma política estratégica de valorização das características mais importantes das cidades, o chamado “City Marketing” (SÁNCHEZ, 1997). Esse instrumento passa a ser utilizado por diversos municípios, que têm por intuito angariar investimentos e tornar-se um lugar mais atrativo ao capital. Ocorre, portanto, uma valorização do espaço ou de partes da cidade, que são tomadas como a totalidade da cidade, mas que, na verdade, contribuem apenas para desenvolvimento de determinadas frações de classe, já que os investimentos são sempre direcionados para as classes mais altas da sociedade.

Nesse sentido, a elaboração de índices contribui para a construção de imagens e identidades singulares de espaços; utilizando o IBEU como exemplo, a Região Metropolitana de Campinas é um exemplo visível desta nova fase da acumulação, “só ficou pronto depois de engavetado por 20 anos; quando foi prioritário ao capital o acesso mais rápido aos insumos, o projeto foi posto em execução” (FERRARI, 2012, p.42).

Atrelado ao empreendedorismo urbano, e com a finalidade de se distanciar dos

municípios comuns, o marketing urbano tem elevado o patamar de algumas cidades a níveis potencialmente capazes de atrair investimentos, cidades como polo de “alta tecnologia, especialmente nos segmentos leves, como a microeletrônica e a informática” (DINIZ, 2000, p. 44). Cidades que oferecem recursos de pesquisa, mercado de trabalho profissional, rede universitária, mercado consumidor, infraestrutura, malha rodoviária, etc. Características essas fornecidas e aproveitadas pelo caráter próprio do capital: o de não subverter a lógica de apropriar-se, gratuitamente, do já existente e dos contínuos esforços dos poderes governamentais, mantendo-se concentrado nos lugares que melhor lhe servem para revalorização.

Assim, quando empresários decidem mudar a localização de seus investimentos, por meio do empreendedorismo e marketing urbano, fica mais claro selecionar as opções, pois o capital desenvolve suas forças produtivas não em sentido qualquer, mas naquele que otimiza sua valorização.

Como consequência dessas escolhas, os investimentos – com seus escassos empregos diretos – permanecem nos espaços econômicos mais tradicionais não se instalando em lugares mais pobres do Brasil e do mundo, lugares, estes, não dotados absolutamente da infraestrutura necessária do ponto de vista do capital: estradas, altos custos para qualificação de força de telecomunicações, fornecimento de energia abundante e barata etc., restringindo, assim, a expansão das formas de produção existentes (FERRARI, 2012).

Dessa forma, as políticas públicas sujeitadas ao capitalismo se voltam para a venda de uma imagem da cidade cada vez mais intensa e, nesse contexto, surge uma política estratégica de valorização das características mais importantes das cidades, o chamado “City Marketing” (SÁNCHEZ, 1997). Esse instrumento passa a ser utilizado por diversos municípios, que têm por intuito angariar investimentos e tornar-se um lugar mais atrativo ao capital. Ocorre, portanto, uma valorização do espaço ou de partes da cidade, que são tomadas como a totalidade da cidade, mas que, na verdade, contribuem apenas para desenvolvimento de determinadas frações de classe, já que os investimentos são sempre direcionados para as classes mais altas da sociedade.

Nesse sentido, a elaboração de índices contribui para a construção de imagens e identidades singulares de espaços; utilizando o IBEU como exemplo, a Região Metropolitana de Campinas é a que tem melhor índice de bem-estar urbano do Brasil, ou seja, ela se diferencia das demais regiões metropolitanas, é um espaço distinto. Convergindo com outras informações, em sua maioria de cunho econômico, tais como: “quarta maior praça bancária do Brasil; PIB entre os 10 maiores do país, com um montante de 40,5 bilhões de reais; possui o aeroporto de cargas mais importante do Brasil, e o maior da América Latina nesse setor; terceiro maior parque industrial do Brasil” (Vídeo: Campinas, a cidade mais surpreendente do Brasil, 2013); o município tem se destacado nessa lógica empreendedora. Todavia, essas imagens criadas, subordinadas ao sistema capitalista, se tornam mercadorias. E, como mercadorias, há uma concorrência entre espaços que levam em consideração os melhores modelos de desenvolvimento econômico, clima de negócios, relações comerciais mais fluídas, ou seja, vantagens competitivas que sejam atraentes para o mercado.

Da mesma forma que o município de Campinas e sua região metropolitana têm se destacado nessa competitividade, seja porque apresenta uma economia forte ou porque ocupa o primeiro lugar no ranking do IBEU, há outras informações que, no contexto urbano, não são boas nem para a imagem da cidade, nem para o mercado capitalista, e que devem ser ocultadas o máximo possível, como a pobreza. Novamente, os índices parecem convergir na

direção do sistema capitalista, pois auxiliam na invisibilidade dos problemas sociais quando abordam questões socioespaciais, como é o caso do IBEU, e legitimam de maneira hierárquica (valorativa) sua análise, na qual a pobreza parece ser camuflada.

Tal ocultamento se deve, também, porque o índice destaca o contingente de pobreza absoluta e não a de pobreza relativa. A distância entre a pobreza absoluta e a pobreza relativa pode ser constatada na maioria dos espaços urbanos do país, principalmente nas áreas metropolitanas que apresentam riqueza concentrada e pobreza dispersa.

Desejando compreender o processo que envolve a construção da imagem da cidade perante esse discurso empreendedor, Harvey (1993) aponta, como expressão máxima, a flexibilidade. “É preciso ser flexível para aproveitar as ‘janelas de oportunidades’, senão a cidade perde a concorrência para outras, suas rivais” (VAINER, 2013, s/p). E, como consequência deste fenômeno há “a conclusão de que, os municípios precisam ser geridos como corporações, com seus métodos de planejamento estratégico, cortes de gastos e concorrência” (VAINER, 2013, s/p), como também precisam ser geridas por quem entende de negócios. O autor destaca, ainda, que essa flexibilidade é executada no que diz respeito às leis e regulamentações que gerem o espaço urbano, que devem se contorcer, o quanto for preciso, para satisfazerem o capital na sua busca de locais para se reproduzir.

Considerações finais

A produção do espaço urbano contemporâneo está extremamente centrada nos processos políticos e culturais dinâmicos, que têm como fragmentos relevantes a construção de imagens da cidade ou mesmo regiões (SÁNCHEZ, 2001b). As imagens criadas pelo processo de valorização das cidades, que tornam os espaços em mercadorias a serem vendidas, trazem consigo um ambiente onde o capitalismo não mostra sua face negativa. Buscamos ressaltar neste texto como a utilização de índices socioeconômicos, sem uma análise contundente sobre esses documentos, contribuem para a construção dessa imagem valorativa, exaltando as qualidades e ocultando as precariedades.

Nesse sentido, destacamos que os avanços obtidos na produção dos índices/indicadores sociais devem ser reconhecidos, contudo, distinguir suas potencialidades e limitações também é de grande valor para contribuir no contínuo processo de formulações de indicadores sociais. Dentre os diversos índices produzidos, ressaltamos o IBEU, primeiro por ser um índice que prioriza as regiões metropolitanas; segundo, porque traz, em sua composição, elementos diretamente relacionados àquilo que o poder público disponibiliza aos moradores das cidades, além de ser uma ferramenta de interpretação que, embora não modifique a realidade, nem consiga abranger a totalidade, pode ser utilizado com o intuito de constatar possíveis problemas e contradições, e ser de grande relevância social.

Os índices/indicadores sociais são ferramentas importantes na análise espacial, contudo, conhecer a realidade socioeconômica de determinado espaço, utilizando unicamente os índices/indicadores sociais não é condição suficiente para garantir o sucesso da análise, como também não abrange a compreensão da totalidade do espaço. E diante do volume de informações e índices que têm sido divulgados recentemente é que se faz relevante a elaboração de trabalhos que, para além de se utilizarem dos indicadores, também possam analisá-los, de modo a distinguir suas contribuições, sem perder de vista suas limitações. Outra constatação é que tão ou mais importante que o levantamento das

informações, por meio dos índices sociais, é a interpretação e o uso que se faz deles.

Uso esse que tem sido deturpado pelas estratégias do capital. Tais estratégias consolidam-se pela construção de “imagens” da mercadoria cidade que, “sob a égide do poder político dos governos locais, perfila-se através dos processos de reestruturação urbana (como exigência da economia competitiva) e através da construção de imagem para vendê-la, para inseri-la no mercado” (SÁNCHEZ, 2001b, p. 33). Para tornar-se distinta, a mercadoria cidade ou região abraça táticas distintas para sua promoção, é aí que os índices sociais são incorporados pelo capital, não para fomentar políticas públicas, melhorar a qualidade de vida ou mitigar problemas a tempos conhecidos, mas para produzir “imagens”, representações referentes à cidade, à região que a enaltecem e a diferenciam dos demais espaços comuns, construindo um discurso que a justifica e a legitima enquanto mercadoria especial, ou seja, tornando-se espaços propícios para reprodução ampliada do capital.

Referências

ALTMANN, Werner. A temática dos indicadores sociais e sua resultante atual: a qualidade de vida. *Indicadores Sociais de Sergipe*, Aracaju, v. 3, p. 187-204, 1981.

ALTVATER, Elmar. O capitalismo em vias de recuperação? Sobre teorias da "onda longa" e dos "estágios". *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 5-30, 1983.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Brasília: D.O.U., 20/10/1967.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília:05/10/1988.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Emenda Constitucional nº 1*, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília: D.O.U., 20/10/1969, retificado em 21/10/1969.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Complementar nº 14*, de 08 de junho de 1973. Estabelece as oito regiões metropolitanas. Brasília: D.O.U., 11/06/1973.

_____. Presidência da República. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília: 10/09/1974.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo. *Campinas: a cidade mais surpreendente do Brasil*. Campinas. SDEST/PM, 2013. [vídeo]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GdsKyRs-Zfo>>. Acesso em: 20/10/2015.

CARLEY, Michael. *Indicadores sociais*. Teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CDS. Conselho de Desenvolvimento Social. *Instituição do sistema de indicadores*

sociais. Brasília: CDS, 1975.

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano entre o discurso e a prática*. São Paulo: UNESP/ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 2005.

DINIZ, Clécio Campolina. Impactos territoriais da reestruturação produtiva. In: Ribeiro, L. C. Q. (Org). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FERREIRA, Álvaro, et al. Introdução... ou as primeiras aproximações. In: FERREIRA, ÁLVARO (Org). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2013. p.17-40.

FERRARI, Teresinha. *Fabrilização da cidade e ideologia da circulação*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castro de Freitas, et al. *Repercussões do IBEU na Região Metropolitana de Curitiba*. Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/images/abook_file/ibeulocal_curitiba.pdf>. Acesso em: 28/09/2015.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbananocapitalismotardio*. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablum e, 2005. p.164-190.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações*. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012.

_____. Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: KEINERT, Tania Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula. (Orgs.). *Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias*. 1. ed. São Paulo: AnnaBlume, 2002. p. 53-72.

KORNIN, Thais; MOURA, Rosa. Metropolização e governança urbana: relações transescalares em oposição a praticas municipalistas. *GEOUSP. Espaço e Tempo*, São Paulo: USP/ FFCHL/Departamento de Geografia, n 16, p.17-30, Nov.2004.

MILES, Ian. *Social Indicators for Human Development*. New York: St. Martin's Press, 1985. p. 114-137, 181-185.

OLIVEIRA, Júlio César de. Desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza no Rio Grande do Sul e Coredes entre 1970 e 1991. *Estudos CEPE*, Santa Cruz do Sul, UNISC, n. 14, 2001.

OTTONI, Cristiano. *Indicadores sociais na formulação de políticas públicas federais brasileiras: teoria e prática*. Dissertação (Mestrado em Gestão Social e Trabalho) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2006. 180f.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org). *Metrópole. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo. FASE, 2004. p.17–40.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (Orgs). *IBEU: índice de bem-estar urbano*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SÁNCHEZ, Fernanda. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

_____. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

_____. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), Curitiba-PR, v. 16, n.16, p. 31-50, 2001b.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 245-255, 1993.

_____. Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. *Revista Pensamento Plural*, v. 1, p. 113-142, 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. A cidade de exceção representa o exercício da democracia direta do capital. *Fundação Rosa Luxemburg*, [texto online], 18/10/2013. Disponível em: <<http://rls.org.br/texto/%E2%80%9C-cidade-de-exce%C3%A7%C3%A3o-representa-o-exerc%C3%ADcio-da-democracia-direta-do-capital%E2%80%9D>>. Acesso em: 23/10/2015.

Artigo recebido em 27-07-2017
Artigo aceito para publicação em 30-01-2018